

Governança da EAESP

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Website, 02.04.07

Qual a melhor forma de escolher o diretor da EAESP? Deveríamos continuar com nosso sistema de eleição de uma lista tríplice, ou a alternativa da nomeação de um Comitê de Busca que indique dois ou três nomes à presidência da Fundação é a solução mais adequada? Rodolfo Marino, candidato ao doutorado na EAESP, tendo sido escolhido para participar de uma comissão de cinco professores e dois alunos que deverá consolidar as sugestões de alterações do Regimento da EAESP no que diz respeito à sua governança, pediu minha opinião sobre o tema. Pareceu-me mais adequado responder-lhe por escrito, e publicar a resposta em meu site.

Entendo que a indicação de um ou dois nomes por um Comitê de Busca é definitivamente preferível ao método da lista tríplice eleita pela Congregação. O primeiro método é o método amplamente adotado pelas universidades americanas para recrutar e selecionar os diretores de suas escolas e também de seus reitores; o segundo, é método típico da universidade estatal brasileira. O Comitê de Busca assegura a escolha de administradores mais competentes porque a escolha é eminentemente técnica, ao invés de ser uma ação entre amigos como é no sistema de eleição, e porque o universo de candidatos não se limita aos professores mas se abre para todos os administradores escolares ou de organizações semelhantes que existam no país.

Mas a eleição não seria mais democrática do que a seleção por Comitê de Busca? Formalmente, a resposta é positiva, já que não existe democracia sem eleições. A questão, porém, é saber se, na EAESP, que é uma escola de administração, ensinamos aos nossos alunos que as organizações devem ser geridas democraticamente, como se deve gerir um país. Não creio que ensinemos tal princípio; se o fizéssemos, não estaríamos sendo ouvidos, já que praticamente todas as organizações eficientes que conheço, públicas ou privadas, não adotam o sistema de eleições para escolher seus dirigentes; as exceções existem, mas são raras. Na gestão das organizações não faz sentido falar em democracia; o essencial é falar em liderança e em respeito a direitos. Em princípio, na gestão de organizações, a escolha dos dirigentes deve ser feita de acordo com critérios de competência profissional, não de apoio prévio de seus futuros subordinados. No processo de escolha, é preciso considerar a competência técnica e a capacidade de liderança do administrador escolhido, porque o êxito do seu trabalho irá depender do apoio que obtenha junto a seus liderados formais. Se ele não for capaz de passar da condição de líder formal para a de líder informal, fracassará. Para isso, e especialmente em uma instituição de ensino de alto nível como é a EAESP, o diretor não poderá administrar de forma autoritária. Ele terá que fazê-lo ouvindo a todos, e buscando satisfazer as necessidades legítimas de seus liderados.

Em uma organização como a EAESP não se deve eleger o diretor, mas se pode e se deve exigir o respeito aos direitos civis dos professores. O principal deles é a liberdade de ensino que envolve a pluralidade de visões de mundo, e a liberdade de crítica que supõe o direito a criticar com respeito os superiores. Não acredito, porém, que estes direitos estejam em jogo na EAESP. A presidência da Fundação está tão preocupada como nós mesmos em preservar esses direitos.

Esta minha posição é geral – aplica-se a qualquer tipo de organização de ensino superior e de pesquisa. Como Ministro da Ciência e Tecnologia eu fui – eu creio – o primeiro ministro brasileiro a usar o Comitê de Busca como forma de escolher do diretor de uma organização do Estado: o INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Os pesquisadores do instituto que queriam a indicação de um colega, aceitaram imediatamente minha idéia, o comitê foi designado, e o diretor, afinal, depois de alguns contratempos com o então governador do Amazonas, escolhido.

No processo, é fundamental que o Comitê de Busca seja pequeno, seja constituído de pessoas com reconhecida competência na área do ensino superior e da administração, e que ele tenha recursos para contratar uma empresa especializada em recursos humanos para ajudar no recrutamento e na seleção. Satisfeitas essas condições – com as quais o presidente Carlos Ivan Simonsen Leal já me disse estar de acordo – teremos condições de ter um diretor provavelmente muito melhor do que aquele que nos proporcionaríamos eleições limitadas ao corpo docente da Escola.

Considero a mudança de governança da Escola fundamental para que ela volte a se tornar competitiva em um mercado no qual nossa vantagem só tem diminuído na medida em que a Escola vai se ‘abrasileirando’, ou seja, vai adotando as formas de organização e administração da universidade estatal brasileira que é incrivelmente ineficiente. Nosso modelo original era o da gestão da universidade americana, que é a mais competente do mundo porque administrada de acordo com critérios gerenciais ao invés de burocráticos, mas fomos aos poucos perdendo essas características. Está mais do que na hora de recuperá-las. Isto não interessa apenas à presidência da Fundação: interessa a todos nós, professores e alunos da EAESP.